



FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO



Relatório de Atividades e Contas, 2016



1. INTRODUÇÃO

A Fundação Cuidar o Futuro (FCF) é uma instituição portuguesa de direito privado e sem fins lucrativos, concebida por Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo (1930-2004) e é hoje veículo de salvaguarda e divulgação do seu legado intelectual. A FCF foi instituída em 2001 pela associação Graal, adquiriu estatuto de Utilidade Pública em 2008. Os seus fins estatutários visam “elaborar propostas de pensamento e de ação para o futuro enraizadas nos valores espirituais que caracterizam a fundadora e inspiradas pela teoria e experiência da cultura do cuidado”, nos domínios de atuação que se encontram formulados no seu Estatuto.

No cumprimento dos seus fins estatutários, a FCF desempenha a sua missão como geradora de mudança social, através da realização de programas de investigação e de intervenção, como agente de mobilização da sociedade civil e de informação, promovendo atividades diretas próprias ou em colaboração com outras entidades, e como promotora de diálogo, valorizando nas suas ações o pluralismo e a ética da responsabilidade e do cuidado.

Durante o ano de 2016, no sentido de cumprir as propostas de ação estatutárias da FCF e tendo em vista contribuir para a sustentabilidade do Planeta e o Cuidar o Futuro foram promovidas atividades, em continuidade com o ano anterior com assento particular, na criação de condições para “aprofundar e enriquecer o conceito e a prática de qualidade de vida nas suas dimensões social, ambiental, económica e cultural” (Estatutos, Art.º 4º, 2a) e lançadas novas atividades que permitam contribuir para “Criar e fortalecer princípios, valores e mecanismos capazes de definir adequadamente sociedade civil contribuir ativamente para a sua vitalidade (Estatutos, Art.º 4º, 2e).

A Fundação Cuidar o Futuro continuou, em 2016, a apoiar e a estimular a realização de projetos de investigação/ação, publicações e outras atividades de divulgação inspiradas nas grandes linhas de pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo e concordantes com os objetivos da FCF.

2. DINÂMICA INSTITUCIONAL

De acordo com decisão da Assembleia Geral da associação Graal realizada a vinte e um de Março de dois mil e quinze, ata número cinquenta e quatro da associação Graal, e no quadro do processo em curso de alteração dos Estatutos da Fundação Cuidar o Futuro e sua publicação, e com a anuência do Conselho de Curadores da FCF em exercício, a direção da FCF manteve-se em gestão até à publicação dos novos Estatutos em Escritura Pública. A nova direção foi nomeada em vinte de Março de dois mil e dezasseis, ata número cinquenta e cinco da Assembleia Geral da associação Graal e encontra-se em exercício.

Nomeações: de acordo com os Estatutos da FCF, pelo artigo décimo quarto, nº dois, foi nomeada Margarida Amélia Nogueira Amorim Santos para presidente do Conselho de Administração; pelo artigo décimo oitavo, nº dois foi designada Maria Paula Marques Faria de Barros para presidente do Conselho Fiscal e pelo artigo vinte nº dois foram propostos três elementos para integrarem o futuro Conselho de Curadores: Lidia Maria Ferreira Martins (membro do Conselho Coordenador da associação Graal), Nelson Silva Brito e Gisela Rosenthal.

Constituição dos órgãos em dois mil e dezasseis: de acordo com os Estatutos, artigo catorze, ponto três, foram designados dois membros para o Conselho de Administração: Maria Regina Neves Xavier Amorim Tavares da Silva e Maria Júlia da Ponte Bentes (executiva). De acordo com artigo dezoito, ponto dois foram designados dois membros para o Conselho Fiscal: Pedro Filipe da Ponte Espírito Santos e a firma Floriano Tocha, Paulo Chaves e Associado, SROC, representada por Paulo Dinis Delgado Chaves (revisor oficial de contas). Foram designados para o Conselho de Curadores, por proposta da associação Graal: Lídia Martins (Conselho de

Coordenação da associação Graal), Nelson Silva Brito (Arquiteto, Estudante de doutoramento EFS Universidade de Coimbra), Gisela Rosenthal (Historiadora de Arte, Investigadora, Galerista) e, ainda, de acordo o artigo 20º do Estatutos foram designados para o Conselho de Curadores: Maria de Belém Roseira (Deputada), Justin Roborg-Søndergaard (Consultor e Formador em Educação Ambiental, Kanela Consulting), Vitor Martini Quelhas (Jornalista, Comunicação), Lucinda Alves (Consultora Financeira).

O Conselho de Administração assumiu atempadamente as suas atribuições revelando objetividade e contribuindo para a prossecução dos fins estatutários designadamente através da conceção de um programa de relançamento da divulgação do pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo que inclui estudos, publicações, re-edições e a promoção de um projeto de atividades em vários Municípios do País que tornem presentes as propostas sociais e políticas de Maria de Lourdes Pintasilgo e evidenciem a metodologia de intervenção social por ela utilizada. O projeto é promovido na sequência de convite da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade no âmbito das Comemorações dos 40 anos da institucionalização da Comissão da Condição Feminina antecessora da atual Comissão para a Igualdade de Género.

Durante o ano de 2016, grande parte das atividades da FCF foi sustentada pelo apoio de uma dezena de voluntários/as que de forma esporádica ou de forma regular asseguraram a organização de atividades, a manutenção do espaço propriedade património da FCF incluindo a realização de obras necessárias e na execução de tarefas de gestão.

3. ATIVIDADE, investigação e intervenção

1. O legado intelectual de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Em 2016 foi atribuída a gestão técnica do domínio www.arquivopintasilgo.pt, propriedade da Fundação Cuidar o Futuro, à empresa Onesource ao cuidado do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. A FCF continua com a divulgação do referido site e a responder às solicitações de apoio e informação sobre o espólio documental de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Em 2016 foram reiniciadas atividades no sentido de promover a divulgação da documentação e pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo que incluem nomeadamente:

- Reedição e divulgação *online* do Relatório da Comissão Independente População e Qualidade de Vida, presidida por Maria de Lourdes Pintasilgo, “Cuidar o Futuro”, um programa radical para viver melhor. Foram resolvidos os problemas relativos a direito de autor que impediam a sua re-edição em português e inglês.
- Solicitado financiamento para a tradução e publicação em inglês da Antologia de Textos de Maria de Lourdes Pintasilgo: “Para um Novo Paradigma: um mundo assente no cuidado” tendo em vista facilitar a sua utilização por investigadores.
- Solicitado financiamento para a publicação de teses já aprovadas e estudos realizados sobre áreas diversas do pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo.
- Preparada a conceção de novas publicações, nomeadamente uma publicação infanto-juvenil e uma agenda perpétua, assim como alguns estudos inéditos.
- Planeada uma exposição no quadro da divulgação do Relatório “Cuidar o Futuro” da Comissão Independente População e Qualidade de Vida, incluindo excertos de textos e um conjunto inestimável de fotos tiradas durante as Audições Públicas então realizadas em muitos países do Planeta e ainda de grande atualidade.
- Reedição da exposição “Memória Viva de Maria de Lourdes Pintasilgo” doada pela Câmara Municipal de Abrantes.

A.1. - Estudos

- a) Conceção de uma agenda perpétua “Cuidar o Futuro” e sua publicação, visando continuar a dar a conhecer a vida e o pensamento de MLP e das suas propostas de intervenção no sentido de “cuidar o futuro” numa linguagem acessível a um público mais alargado;
- b) Conceção de uma publicação para os mais novos (acessível aos mais velhos) que dê a conhecer a biografia e o pensamento de MLP;
- c) Conceção e organização de uma publicação a partir de um conjunto de textos que reúnem “Conversa de Maria de Lourdes Pintasilgo com Teresa Horta”;
- d) Análise de recortes de imprensa de julho 2004 – Obituário de Maria de Lourdes Pintasilgo, organizados por “Recorte – Organização Portuguesa de Recortes de Imprensa”;

A.2. - Publicações e edições (em livro ou online):

- a) Tradução para inglês da Antologia de textos - em português, francês e inglês - de Maria de Lourdes Pintasilgo *“Para um Novo Paradigma: um mundo assente no cuidado”* e conversão em ficheiro PDF a disponibilizar no site FCF, tendo em vista facilitar a sua utilização por investigadores de outros países;
- b) Coleção de 12 Cadernos Temáticos: *“Maria de Lourdes Pintasilgo e os desafios da sociedade contemporânea”*;
- c) Relatório da Comissão Independente População e Qualidade de Vida, presidida por Maria de Lourdes Pintasilgo *“Cuidar o Futuro - um programa radical para viver melhor”*, em nova edição impressa e em ficheiro PDF a disponibilizar no site FCF;
- d) Resumo do relatório referido na alínea anterior a partir da tradução de um opúsculo em inglês (este resumo será um dos Cadernos Temáticos);
- e) Tese de doutoramento: *A fundamentação filosófica das noções de «cuidado» e de «responsabilidade» no pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo*, de Marília Carrilho;
- f) Tese de mestrado: *Maria de Lourdes Pintasilgo primeira-ministra do V Governo Constitucional. Em busca das reações na imprensa*, de Ana Tavares;
- g) *“O pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo contributos para uma educação transdisciplinar centrada no cuidado”*, de Dora Cabete;
- h) Diligências junto das entidades competentes, para integração na Feira do Livro de Lisboa e, eventualmente, na do Porto, de um stand temático “Estudos sobre as mulheres” e “Igualdade de Género”;
- i) Edição do ‘Slide show’ *Maria de Lourdes Pintasilgo* apresentado pela FCF no Congresso Feminista de 2008;

2. Programas em curso e em fase de conceção

O Programa Ambiental - Transição para a Sustentabilidade e o Cuidado - TSC em homenagem a Teresa Santa Clara, pretende ter um papel ativo na procura e construção de soluções para promover uma vida sustentável, religando ambiente, sociedade e economia. Pretende criar uma escola de aprendizagem de outras vias de ver e cuidar o futuro, de acordo com o objetivo de “enquadrar e estimular a reflexão e iniciativas que contribuam para a emergência de novos modos de equacionar a relação ecologia-economia” (Estatutos FCF, art.º 3º f)).

Em 2016 foi dada continuidade às atividades de exploração e observação sistemática das intervenções no terreno rústico da propriedade integrada no património da FCF. Desenvolveu-se em parceria com a associação Kanela Consulting - apoio a programas de desenvolvimento sustentável baseados numa abordagem holística que incorpora o ambiente, a sociedade e a economia - através do consultor/ formador Justin Roborg-Søndergaard. Alguns dos elementos explicativos do Programa, objetivos e fases previstas e a decorrer encontra-se em exposição em lugar de destaque na vivenda.

Em 2016, cerca de 80% dos visitantes do Alto da Praia (dos cerca de 200 que a utilizaram) ficaram sensibilizados pelas ideias subjacentes ao Programa, face à informação teórica que sustenta a atividade que inclui a compreensão e questionamento sobre os processos da natureza, a importância das plantas autóctones, o habitat natural de plantas, pássaros e insetos. Cerca de 25% envolveram-se diretamente, de forma pontual e 5 pessoas de forma regular.

A experiência prática inspirada no lema: “uma conversa tranquila com a natureza” tem como objetivo final, entre outros, a recuperação do habitat natural no terreno rústico da propriedade.

Outra dimensão do Programa Ambiental dirige-se à área da sustentabilidade energética e do consumo e utilização de águas. Com o apoio de Nelson Brito foi dado início a um processo de estudo sobre a viabilidade de soluções inovadoras que permitam soluções coletivas tendo em vista a diminuição de custos e a construção de benefícios, de forma coletiva.

O Projeto: Duas Agendas para o Futuro

Este projeto, aprovado pelo Conselho de Administração e em fase de conceção, resultado de uma proposta de parceria da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e da Comissão para a Igualdade de Género, tem em vista promover a reflexão coletiva sobre o desenvolvimento sustentável, tanto a nível local como setorial, cruzando a Agenda 2030 com a Agenda Cuidar o Futuro (Relatório População e Qualidade de Vida,) tendo presente a transversalidade dos fatores que se relacionam com a igualdade de género e no sentido de encontrar caminhos alternativos e respostas inovadoras. Será utilizado o formato das Audições Públicas locais sob o lema: Ouvir o presente, Cuidar o futuro. Esta atividade de consulta e de divulgação a nível nacional do legado intelectual de Maria de Lourdes Pintasilgo em paralelo com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável pretende ter projeção nas políticas sociais.

3. O Lugar Maria de Lourdes Pintasilgo, património Alto da Praia

Durante o ano de 2016 a FCF continuou a abrir a vivenda Alto da Praia, património da FCF, e o espaço circundante a pessoas e a grupos com o objetivo de promover contextos de construção de uma outra humanidade aberta a “Cuidar o Futuro” e, deste modo, consolidar a semente de um “Lugar Maria de Lourdes Pintasilgo”, lugar privilegiado de acontecimento tendo sido criadas condições particulares para “aprofundar e enriquecer o conceito e a prática de qualidade de vida nas suas dimensões social, ambiental, económica e cultural” e no encontro com outros e com a natureza. O Lugar Maria de Lourdes Pintasilgo é um espaço cultural e social, com vida e valor que vai sendo criado na medida em que sendo reabilitado.

Durante o ano de 2016, na sequência e inspiração dos resultados do ano anterior, centenas de pessoas passaram pelo Lugar: grupos de jovens, grupos de adultos, famílias e pessoas individuais à procura de encontro, de lazer, de procura de si mesmo, em encontros temáticos, experiências de vida em conjunto, encontros de estudo e reflexão, celebrações festivas e convívios. De ressaltar igualmente a colaboração em obras de manutenção e preservação do património, em tarefas no jardim ou no Programa Ambiental. Reconhece-se

que as propostas de ação de Maria de Lourdes Pintasilgo continuam a inspirar intervenções pessoais e coletivas e que o conceito "Cuidar o Futuro" é motivador.

Passaram também pelo Lugar durante mês oitenta jovens e adultos de outros países, na maioria europeus, mas também dos EUA e Canadá que fruíram da vivenda e espaço exterior durante dois, cinco ou mais dias. Este acolhimento realizou-se no quadro do registo, junto da Câmara Municipal de Sintra, e no Turismo de Portugal de parte da vivenda em "Alojamento Local" sustentado por atividade económica secundária. Foram criados contextos de promoção de interculturalidade e de acolhimento exemplar.

Em 2016, na sequência da experiência dos anos anteriores, foi intensificada a utilização do património da FCF, Alto da Praia, enquanto lugar para aprofundar e enriquecer o conceito de qualidade de vida, de abertura cultural e promoção ambiental acolhendo pessoas e grupos em atividades culturais e recreativas. A disponibilização da vivenda e anexos, jardim e piscina enquanto espaço de fruição, na categoria de "Alojamento Local" com tonalidade ecológica, contribuiu, simultaneamente, para a sustentabilidade financeira da FCF.

Igualmente se constatou que as intervenções no edifício e na propriedade, tendo em vista a sua preservação e utilização para fins sociais, foram possíveis pela contratação de serviços e em grande parte pelo trabalho de voluntários/as. Foram realizadas algumas intervenções de fundo nomeadamente nas canalizações no exterior da vivenda que se revelaram deterioradas com o tempo de uso.

Esta atividade de preservação do património tornou possível a realização das iniciativas já descritas recriando deste modo a experiência anteriormente feita por Maria de Lourdes Pintasilgo de utilização da propriedade, vivenda e jardim para dinamizar iniciativas de caráter social e cultural.

4. REDES COM PESSOAS E INSTITUIÇÕES

O trabalho que a FCF tem vindo a desenvolver advém, em grande parte, da rede de parcerias que se foram consolidando ao longo da vigência da atual direção, desde 2013. O intercâmbio com outras instituições e/ou pessoas é valorizado, não só pela Fundação, mas também por todos os seus parceiros, sendo visível nas boas relações interinstitucionais/interpessoais que tem mantido e nas ações de cooperação e colaboração que tem concretizado, nomeadamente com instituições afins com a intervenção atual da FCF. De destacar as relações com o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, entidade que atualmente acolhe o espólio documental e apoia a gestão do "www.arquivopintasilgo.pt" no âmbito de protocolo de colaboração.

Em 2016, no sentido de apoiar iniciativas que se enquadrem nas temáticas relacionadas com a ética do cuidado e Maria de Lourdes Pintasilgo, a FCF, respondeu a solicitações de várias entidades e pessoas, nomeadamente:

- Colaboração nas atividades previstas pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade no quadro das Comemorações dos 40 anos da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Colaboração com outras organizações, nomeadamente na promoção e defesa dos direitos das mulheres e em eventos a ser preparados de homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo a maior parte no mesmo contexto das Comemorações dos 40 anos da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
- Colaboração com a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

5.SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Tendo como objetivo ultrapassar a crise financeira, durante o ano de 2016, a FCF continuou a promover iniciativas tendo em vista ultrapassar dificuldades financeiras sem deixar de encontrar formas de cumprir os objetivos estatutários. Recorreu ao conselho de pessoas especializadas e, de forma assertiva tendo conseguido no final de 2016 um saldo positivo, justificado por donativos e pelos créditos do “Alojamento Local”.

A redução de custos energéticos continua a ser prioridade, continuando a ser estudada a melhor forma de diminuição do custo atual. Prevê-se que a sustentabilidade financeira vá continuar a depender em parte da intensificação do “Alojamento Local” da vivenda Alto da Praia, assim como de donativos e outras iniciativas de angariação de fundos previstas para permitir diversificar e obter maior flexibilidade e consistência nas atividades a realizar.

Fundação Cuidar o Futuro,
Relatório de 2016

Margarida Amélia Soprano Amorim Santos

Maria João de Sousa Bastos



Fundação Cuidar o Futuro

Relatório e Contas de 2016



Fundação Cuidar o Futuro

Relatório de Gestão

Balanco

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Resultados por Funções

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Relatório de Gestão 1



RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições estatutárias, temos a honra de submeter à vossa apreciação do relatório e as contas do exercício de 2016.

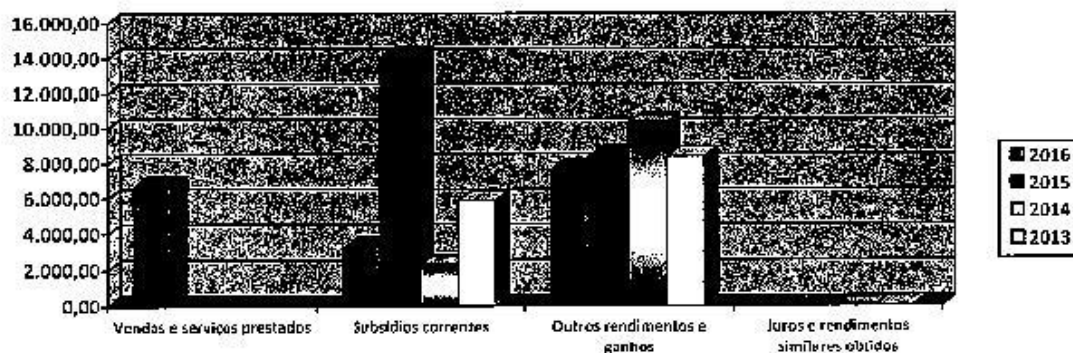
1. INTRODUÇÃO

A Fundação Cuidar o Futuro foi constituída por escritura pública de 13 de julho de 2001 pela associação GRAAL.

A Fundação foi criada com o fim de elaborar propostas de pensamento e de ação para o futuro, enraizadas nos valores espirituais que caracterizam a associação fundadora e inspiradas pela teoria e experiência da “cultura do cuidado” desenvolvida pelas mulheres. Os domínios de atuação constam do artigo 4.º dos estatutos da fundação.

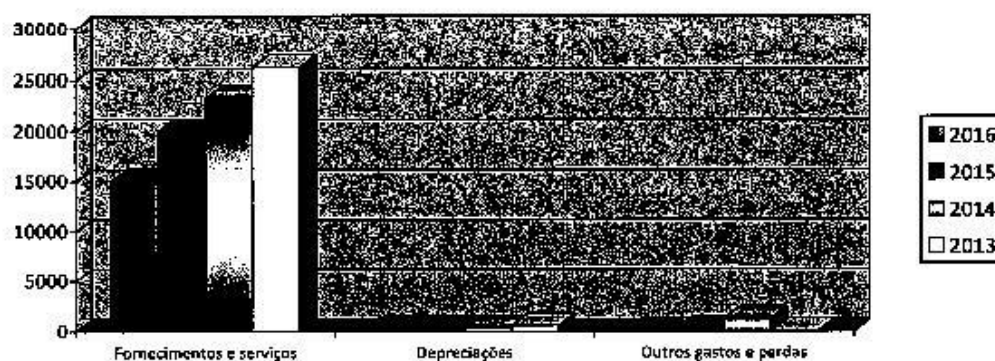
2. ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO EM 2016

Os proveitos totais ascendem a 17.742 euros, referentes, na sua maioria, a rendas e a subsídios correntes, conforme gráfico comparativo que a seguir se apresenta (valores em euros):





No que respeita aos custos operacionais estes respeitam, essencialmente, a fornecimentos e serviços externos, conforme gráfico comparativo com 2015 que a seguir se apresenta (valores em euros):



3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No exercício não foram realizados investimentos em ativos fixos tangíveis.

4. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido do exercício mostrou-se positivo em 2.194,14 euros.

5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

6. PERSPETIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017

A Fundação prevê obter um nível de atividade idêntico ao verificado em 2016.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social ou perante o Estado.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido positivo do exercício, no valor de 2.194,14 euros, seja transferido para a conta de Resultados transitados.

Lisboa, 29 de maio de 2017

COMISSÃO EXECUTIVA

Margarida Amélia doqueiro Amaro Santos
João João da Ponte Bonté



Fundação Cuidar o Futuro

Balanço

2



Fundação Cuidar o Futuro

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	934.544,05	934.980,68
Subtotal		934.544,05	934.980,68
Ativo corrente			
Diferimentos		644,15	644,15
Caixa e depósitos bancários	4	13.362,46	8.226,90
Subtotal		14.006,61	8.871,05
Total do Ativo		948.550,66	943.851,73
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	6	182.956,57	182.956,57
Resultados transitados	6	(111.678,21)	(113.606,31)
Excedentes de revalorização	6	774.783,43	774.783,43
Outras variações nos fundos patrimoniais	6	89.008,77	89.008,77
Resultado líquido do período	6	2.194,14	1.928,10
Total do fundo de capital		937.264,70	935.070,56
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	7	1.137,63	47,99
Estado e outros entes públicos		148,33	67,50
Outras contas a pagar	7	10.000,00	8.665,68
Subtotal		11.285,96	8.781,17
Total do Passivo		11.285,96	8.781,17
Total dos fundos próprios e do passivo			
		948.550,66	943.851,73

Contabilista Certificada

nº 80072

Amir Zafar

Comissão Executiva

Margarete Amélia Vazquez Amorim Santos

Luís João de Santa Branca



Fundação Cuidar o Futuro

Demonstração de Resultados por Naturezas

3



Fundação Cuidar o Futuro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		6.766,03	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	8	3.275,88	14.102,02
Fornecimentos e serviços externos	9	(15.038,56)	(20.042,49)
Outros rendimentos e ganhos	10	7.700,00	8.448,32
Outros gastos e perdas		(73,04)	(291,84)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.630,31	2.216,01
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(436,63)	(302,17)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.193,68	1.913,84
Juros e rendimentos similares obtidos		0,46	14,26
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		2.194,14	1.928,10
Imposto sobre o rendimento do exercício			
Resultado líquido do período		2.194,14	1.928,10

Contabilista Certificada

nº 80072

Amir de Jesus

Comissão Executiva

Marquês Amílcar do Nascimento Amami Santos

Julia Julia da Costa B...



Fundação Cuidar o Futuro

Demonstração de Resultados por Funções

4



Fundação Cuidar o Futuro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		6.766,03	0,00
Custo das vendas e serviços prestado		0,00	0,00
Resultado bruto		6.766,03	0,00
Outros rendimentos		10.975,88	22.550,34
Gastos administrativos e de estrutura		(15.548,23)	(20.636,50)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.193,68	1.913,84
Juros e rendimentos similares obtidos		0,46	14,26
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		2.194,14	1.928,10
Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00
Resultado líquido do período		2.194,14	1.928,10

Contabilista Certificada

nº 80072

Amir Amorim

Comissão Executiva

Margareta Amélia de Jesus Amorim Santos

João Paulo da Costa Barros



Fundação Cuidar o Futuro

Demonstração dos Fluxos de Caixa

5



Fundação Cuidar o Futuro
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e associados		14.466,03	8.448,32
Pagamento a fornecedores		(9.462,14)	(24.738,52)
Caixa gerada pelas operações		5.003,89	(16.290,20)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(148,33)	(67,50)
Outros recebimentos/pagamentos		279,54	13.810,18
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		5.135,10	(2.547,52)
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		0,46	14,26
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		0,46	14,26
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		5.135,56	(2.533,26)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	8.226,90	10.760,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	13.362,46	8.226,90

Contabilista Certificada
nº 80072

Amira Feres

Comissão Executiva

Margarida Inês de Sousa Amorim Santos

Paulo João de Paula Santos



Fundação Cuidar o Futuro

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

6



Fundação Cuidar o Futuro

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe						Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período		
1	5	182.956,57	0,00	-101.403,69	774.783,43	89.008,77	-12.202,62	933.142,46	933.142,46
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais									
2		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
3							1.928,10	1.928,10	1.928,10
4=2+3							1.928,10	1.928,10	1.928,10
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
RESULTADO EXTENSIVO									
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados				-12.202,62			12.202,62		0,00
Outras operações									
5		0,00	0,00	-12.202,62		0,00	12.202,62	0,00	0,00
6=1+2+3+5	6	182.956,57	0,00	-113.606,31	774.783,43	89.008,77	1.928,10	935.070,56	935.070,56
POSICÃO NO FIM DO ANO									

Contabilista Certificada
nº 80072

Amador

Comissão Executiva

Marquês Amélia Albuquerque Barros
Vice-Flora de Santa Rosa



Fundação Cuidar o Futuro

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe						Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes da reavaliação	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	6	182.956,57	0,00	-113.606,31	774.783,43	89.008,77	1.928,10	935.070,56	935.070,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais		0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7								
							2.194,14	2.194,14	2.194,14
RESULTADO EXTENSIVO	8								
							2.194,14	2.194,14	2.194,14
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8								
Fundos									
Subsídios, doações e legados				1.928,10					
Outras operações							-1.928,10		
		0,00	0,00	1.928,10		0,00	-1.928,10	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO ANO	6+7+8+10	182.956,57	0,00	-111.678,21	774.783,43	89.008,77	266,04	937.264,70	937.264,70

Contabilista Certificada
nº 80072

Amélia M. A.

Comissão Executiva

Margarida Amélia Noqueira Juvina Juvina

Yara F. L. L. Silva B. B.



Fundação Cuidar o Futuro

Anexo

7



ANEXO

Exercício de 2016

1. Identificação da entidade:

1 – Designação da entidade:

A Fundação Cuidar o Futuro, é uma instituição sem fins lucrativos, foi constituída por escritura pública de 13 de Julho de 2001 pela associação GRAAL com o número de pessoa coletiva 505 245 345.

2 – Sede:

Rua Luciano Cordeiro, 24 – 6º A, em Lisboa.

3 – Natureza da atividade:

A Fundação foi criada com o fim de elaborar propostas de pensamento e de ação para o futuro, enraizadas nos valores espirituais que caracterizam a associação fundadora e inspiradas pela teoria e experiência da “cultura do cuidado” desenvolvida pelas mulheres. Os domínios de atuação constam do artigo 4º dos estatutos da Fundação.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2016.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março.

No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de março.
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 106/2011 de 14 de março.
- NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de março.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras.

Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3 – Indicação e comércio das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.



3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e dos outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os seus critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual), independentemente do momento dos pagamentos ou do reconhecimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimo" e "Diferimentos".

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente assim como os gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

A Informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios	50 anos
Equipamento básico	10-15 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos



Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registrados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registrados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registradas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um ativo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registrados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registrados na demonstração de resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devem ser objeto de reconhecimento ou divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presente e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do nº 1 do artigo 11º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) "os rendimentos diretamente derivados do exercício de atividades culturais, recreativas e desportivas":

Porém, de acordo com o nº2 do referido artigo, "só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas atividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse direto ou indireto nos resultados de exploração das atividades prosseguidas;
- b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas atividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior."

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação e vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou Impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2016 poderão estar sujeitas a revisão.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário do Conselho de Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2016	2015
Numerário	0,00	0,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	7.317,46	2.176,90
Outras disponibilidades	6.050,00	6.050,00
Caixa e seus equivalentes	13.362,46	8.226,90
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	13.362,46	8.226,90
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00



5. Ativos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis escriturados no início e no fim dos períodos de 2015 e 2016:

2015

Descrição	Saldo 1-jan-2015	Aquisições/ Doações	Reavaliação	Abates	Saldo 31-dez-2015
Terrenos e recursos naturais	239.435,00				239.435,00
Edifícios e outras construções	718.305,00				718.305,00
Equipamento básico	76.660,18				76.660,18
Equipamento administrativo	14.588,02				14.588,02
Outros ativos fixos tangíveis	5.840,79	1.825,00			7.665,79
Total	1.054.828,99	1.825,00	0,00	0,00	1.056.653,99
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	24.699,15	0,00	0,00	0,00	24.699,15
Equipamento básico	76.243,18	208,50	0,00	0,00	76.451,68
Equipamento administrativo	14.588,02	0,00	0,00	0,00	14.588,02
Outros ativos fixos tangíveis	5.840,79	93,67	0,00	0,00	5.934,46
Total	121.371,14	302,17	0,00	0,00	121.673,31

2016

Descrição	Saldo 1-jan-2016	Aquisições/ Doações	Reavaliação	Abates	Saldo 31-dez-2016
Terrenos e recursos naturais	239.435,00				239.435,00
Edifícios e outras construções	718.305,00				718.305,00
Equipamento básico	76.660,18				76.660,18
Equipamento administrativo	14.588,02				14.588,02
Outros ativos fixos tangíveis	7.665,79				7.665,79
Total	1.056.653,99	0,00	0,00	0,00	1.056.653,99
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	24.699,15	0,00	0,00	0,00	24.699,15
Equipamento básico	76.451,68	208,50	0,00	0,00	76.660,18
Equipamento administrativo	14.588,02	0,00	0,00	0,00	14.588,02
Outros ativos fixos tangíveis	5.934,46	228,13	0,00	0,00	6.162,59
Total	121.673,31	436,63	0,00	0,00	122.109,94

As Bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registro das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimamos conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existências e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de ativos fixos tangíveis.



6. Fundos patrimoniais:

Os movimentos ocorridos no exercício nos fundos próprios apresentam-se no seguinte quadro:

Descrição	Saldo 1-jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-dez-2016
Fundos	182.956,57			182.956,57
Outras variações nos Fundos Próprios	89.008,77			89.008,77
Outros excedentes de revalorização	774.783,43			774.783,43
Resultados transitados	(113.606,31)	1.928,10		(111.678,21)
Resultado líquido do período	1.928,10	2.194,14	1.928,10	2.194,14
Total	935.070,56	4.122,24	1.928,10	937.264,70

7. Fornecedores e outras contas a pagar:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2016	2015
Fornecedores conta corrente	1.137,63	47,99
Total	1.137,63	47,99

O detalhe da rubrica de outras contas a pagar apresenta-se como segue:

Natureza	2016	2015
Credores diversas	10.000,00	8.665,68
Total	10.000,00	8.665,68



8. Subsídios à exploração:

Os subsídios monetários repartem-se como se apresenta em seguida:

Descrição	2016	2015
Donativos monetários correntes	3.275,88	14.102,02
Total	3.275,88	14.102,02

9. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos decompõem-se como segue:

Natureza	2016	2015
Trabalhos especializados	1.816,71	4.471,10
Energia e fluidos (eletricidade, gás e água)	5.589,49	4.264,44
Honorários	1.914,50	2.351,77
Conservação e reparação	1.140,04	1.212,82
Materiais	473,78	1.187,52
Deslocações e estadas	1.478,14	1.121,82
Limpeza, higiene e conforto	503,76	888,04
Outros	2.122,14	4.544,98
Total	15.038,56	20.042,49

10. Outros rendimentos e ganhos:

A rubrica de outros rendimentos e ganhos reparte-se como se apresenta em seguida:

Descrição	2016	2015
Rendas	7.700,00	8.400,00
Rendimentos suplementares	0,00	48,32
Total	7.700,00	8.448,32



11. Acontecimentos após data do balanço:

11.1 -- Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem as autorizou.

A Comissão Executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

O Conselho de Administração detém o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

11.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Comissão Executiva

Juan Carlos de Aguiar Junior

João João de Paula Brito

Aniela Lacerda

Contabilista Certificada nº 80072



Fundação Cuidar o Futuro

Certificação Legal das Contas

8



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Cuidar o Futuro (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 948.551 euros e um total de fundos patrimoniais de 937.265 euros, incluindo um resultado líquido de 2.194 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
 - obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
 - concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

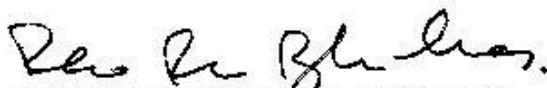
RELATÓ SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 20 de junho de 2017

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:


Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

9

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Membros do Conselho de Administração da
FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO
Lisboa

Em cumprimento do disposto nos Estatutos da Fundação temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo Conselho de Curadores e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da vossa Fundação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Comissão Executiva quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Comissão Executiva, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Fundação.

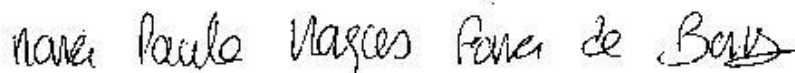
O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:

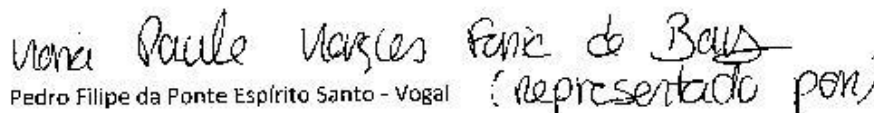
1. O Relatório de Gestão apresentado pela Comissão Executiva deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Comissão Executiva devem ser aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Comissão Executiva deve ser aprovada.

Lisboa, 20 de junho de 2017

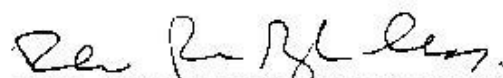
O CONSELHO FISCAL



Maria Paula Marques Faria de Barros - Presidente

 (representado por)

Pedro Filipe da Ponte Espírito Santo - Vogal



TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS - SROC, representada por
Paulo Dinis Dolgado Chaves, ROC - Vogal